



IFMG NA MIRA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA

Karolyne Vitória Maciel Gomes¹; Evelyn Kristini Marques Silva²; Clarice dos Anjos do Rego Nascimento³; Milena de Lima e Silva⁴; Ana Carolina Costa dos Anjos⁵

RESUMO

Nossa pesquisa analisa, em contexto local, um conjunto de mudanças que veem ocorrendo na educação brasileira desde a promulgação das Leis 10.639 e 11.645 (Brasil, 2003, 2008) - que tornam obrigatórios o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena - e as correlaciona às transformações nas práticas curriculares e pedagógicas. A partir do arcabouço teórico da Sociologia das Relações Étnico-Raciais e da perspectiva teórico-metodológica interseccional, buscamos responder: ‘como está (e se está) ocorrendo a construção de uma educação antirracista e antissexista nos cursos técnicos do IFMG, campus Betim?’. Nosso objetivo geral é compreender os processos de construção de uma educação antirracista e antissexista nos cursos, entre 2020 e 2025, com foco na identificação de práticas pedagógicas e na avaliação de seus impactos na comunidade acadêmica. Metodologicamente utilizamos Análise de Conteúdo (Bardin, 2009), aplicamos questionários e realizamos entrevistas com roteiro semiestruturados. Para análise dos dados valemo-nos dos pressupostos teórico-metodológicos de abordagem interpretativa (Strauss; Corbin, 2008) e análise temática (Braun; Clarke, 2006), articulando-os ao contexto sócio-histórico e aos temas emergentes do campo. Com isso, propomos reflexões orientadas à superação de práticas discriminatórias e à implementação de ações que favoreçam o desenvolvimento de consciência crítica em torno das questões raciais e de gênero na educação técnica e tecnológica.

Palavras-chave: Educação. Antirracista. Antissexista. IFMG

1 INTRODUÇÃO

“Em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista.” (Davis, s/d)

Epigrafar a introdução com uma frase de Angela Davis é uma escolha epistêmica-política-estética de uma ‘pesquisa engajada’ (Nyamnjoh, 2015) que busca demarcar as linhas teóricas que orientam nosso propósito, que é mapear, discutir e analisar os processos de construção de práticas antirracistas e antissexistas na educação profissional, científica e

¹ Bolsista do projeto, estudante do segundo ano do curso técnico integrado de Automação Industrial, campus IFMG/Betim.

² Ex-bolsista e voluntária no projeto, estudante do terceiro ano do curso técnico integrado de Química, campus IFMG/Betim.

³ Voluntária no projeto, estudante do terceiro ano do curso técnico integrado de Química, campus IFMG/Betim.

⁴ Pesquisadora com colaboração externa, discente do curso de especialização em gestão pública e desenvolvimento regional, no campus IFMG/Ribeirão das Neves.

⁵ Coordenadora do projeto, pós-doutorado em Educação, Doutora em Sociologia, professora visitante no campus IFMG/Betim. Vice líder do projeto de pesquisa cadastrado no CNPq “Educação para Relações Étnico-Raciais: ensino de Filosofia e Sociologia”, ao qual o projeto está vinculado.



tecnológica no IFMG, campus Betim, entre os anos de 2020-2025, buscando destacar os desafios, as conquistas e mirar⁶ em perspectivas futuras.

A pesquisa ancora-se na Sociologia das Relações Étnico-raciais e nas discussões sobre raça, racismo e processos de racialização no Brasil (Munanga, 2008; Silvério, 2013). Embora a categoria “raça” em seu sentido biológico já não tenha mais significado científico na atualidade, permanece como marcador social central, estruturando desigualdades e hierarquias em espaços institucionais, inclusive nas escolas, onde a produção de conhecimento historicamente excluiu sujeitos negros e reproduz racismos por meio de silenciamentos e omissões (Gomes, 2012; Munanga, 2005, Paixão, 2008).

As desigualdades raciais, de gênero e de classe não apenas se acumulam, mas se articulam em sinergia, produzindo posições específicas de subalternidade. Para apreender essa matriz de dominação, acionamos a perspectiva da interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2020; Gonzalez, 2020), que nos permite problematizar a constituição mútua dessas dinâmicas no campo educacional.

Assim, neste estudo, buscamos mapear práticas pedagógicas e curriculares antirracistas e antissexistas nos cursos técnicos do IFMG-Betim, contribuindo para o monitoramento das políticas e para a consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER).

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nossa pesquisa é de abordagem qualitativa, natureza básica e caráter explicativo, focada em questões de raça e gênero na EBTT. A estruturação inicial envolveu a criação do Grupo de Pesquisa e seu cadastro no CNPq, o envio do projeto à Plataforma Brasil⁷ e constituição da equipe - com bolsistas, voluntárias (Evelyn, Clarice, Karolyne) e a colaboradora externa doutora em Sociologia Milena de Lima e Silva. Então -, e, então, iniciamos encontros semanais para debates sobre relações étnico-raciais e a formação das pesquisadoras júnior.

Como o letramento científico foi um dos objetivos centrais, a equipe passou por formação voltada à construção de perspectivas teóricas e metodológicas críticas. O processo incluiu leituras e debates de autoras(es) das relações étnico-raciais, como Lélia Gonzalez,

⁶ O ‘mirar’ é uma ideia inspirada no livro “O Brasil na mira do pan-africanismo”, de Abdias do Nascimento (2002).

⁷ Todo processo foi finalizado com parecer substanciado emitido pelo Comitê de Ética e Pesquisa do IFMG, em fevereiro de 2025.



Antônio Sérgio Guimarães, Kabengele Munanga, Ailton Krenak etc., bem como o estudo das metodologias empregadas, assegurando condições para sua aplicação na análise proposta.

Metodologicamente, empregamos a Análise de Conteúdo (Bardin, 2009), complementadas por questionários aplicados às docentes e discentes e entrevistas com roteiro semiestruturado (em andamento)⁸. Para a análise, valemo-nos dos pressupostos interpretativos (Strauss; Corbin, 2008) e da análise temática (Braun; Clarke, 2006), articulando os dados ao contexto sócio-histórico.

A fase empírica concentrou-se na leitura orientada e crítica dos Projetos Pedagógicos (PPCs)⁹ dos cursos técnicos (Automação, Mecânica e Química). A Análise de Conteúdo foi aplicada em três fases (pré-análise, exploração e tratamento dos resultados) para sistematizar as informações e construir indicadores, viabilizando as inferências teóricas apresentadas no próximo subtítulo.

3 ENTRE SILÊNCIOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES VOLUNTÁRIAS: ANÁLISE DOS PPCS

A análise dos PPCs revelou menções às Leis nº 10.639 e 11.645 (Brasil, 2003,2008), mas não às legislações recentes sobre gênero e diversidade, uma vez que os documentos datam de 2020, anteriores à obrigatoriedade das Leis nº 14.164 e 14.986 (Brasil, 2021, 2024)¹⁰. O ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena aparece restrito a disciplinas das áreas de humanidades, linguagens e artes ou a eventos pontuais do campus¹¹, limitando, de certa forma, a transversalidade prevista em diretrizes nacionais. Ainda que incluam referências bibliográficas afro-brasileiras e indígenas, essas concentram-se em poucas disciplinas, sinalizando cumprimento formal das políticas.

⁸ Neste momento, estamos analisando os questionários e realizando as entrevistas.

⁹ Orientado por perguntas que podem ser consultadas no <[LINK](#)>.

¹⁰ As Leis 14.164 (Brasil, 2021) e Lei 14.986 (Brasil, 2024), as quais no mesmo escopo de ampliação curricular, promoveram, respectivamente, a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher, a inserção de abordagens pautadas em experiências e perspectivas femininas nos currículos do ensino fundamental e médio, e a instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher e da Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito da educação básica.

¹¹ A Semana da Consciência Negra já está em indo para sua décima edição, mas somente este ano tivemos a primeira Semana dos Povos Originários, organizado pela professora coordenadora deste projeto.



Embora os PPCs mencionem pensamento crítico e formação cidadã, tais prescrições permanecem genéricas, com pouca orientação metodológica. A ausência de diretrizes explícitas para a integração curricular da temática antirracista e antissexista transfere ao corpo docente a responsabilidade de decidir, em suas práticas pedagógicas, o alcance real dessas prescrições, criando tensão entre normativas institucionais e a ação cotidiana de professores/as, que frequentemente assumem, de forma voluntária, práticas críticas e inclusivas.

Essa assimetria entre prescrição e prática pedagógica aponta para os silêncios institucionais que se produzem na esfera curricular, mas, como aponta Foucault (1988, p.105), “onde há poder há resistência; logo, percebe-se que algumas professoras (uso proposital do feminino, diante da realidade empírica) possuem práxis crítica e trazem para sala de aula seu letramento racial e de gênero. Para aprofundar o diagnóstico, a pesquisa inclui entrevistas com discentes, visando captar suas percepções sobre as temáticas, e com docentes, buscando compreender sua formação continuada e práticas pedagógicas relacionadas à educação antirracista e antissexista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os PPCs, nossa pesquisa, mostrou que, embora mencionem a legislação sobre relações étnico-raciais, sua aplicação permanece restrita a algumas disciplinas ou a eventos, sem garantir transversalidade. Essa limitação compromete a construção de uma educação antirracista como eixo estruturante da formação. Destacamos que estamos investigando com docentes a construção de uma educação antissexista, dada a ausência legal nos PPCs que são anteriores a promulgação das Leis 14.164 e 14.986 (Brasil, 2021, 2024).

Esse arranjo revela um silêncio institucional: ao não explicitar diretrizes claras de integração curricular, transfere-se para iniciativas individuais de alguns docentes a responsabilidade de efetivar práticas críticas. Contudo, como apontam Paixão (2008) e Munanga (2005), a escola reproduz racismos, assim torna-se insuficiente depender de iniciativas individuais. De modo que, práticas docentes antirracistas, ainda que valiosas, permanecem fragmentadas e desiguais, reforçando a distância entre normativas e efetivação pedagógica.

Os dados apontam que a não transversalidade está para além de uma lacuna técnica, mas torna-se um impasse político e pedagógico. A pesquisa evidencia que a efetividade das leis



exige compromisso institucional para consolidar a Educação das Relações Étnico-Raciais no ensino técnico.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5. Ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K.W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *In: Revista para Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002.

FOUCAULT, M. Sobre la genealogía de la ética. *In: ABRAHAN, Tomás (ed.). Foucault y la ética*. Buenos Aires: Biblos, 1988

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, p. 98-109, 2012

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica. *In: Rios, Flávia; LIMA, Márcia. Por Feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NYAMNJOH, F. B. Beyond an evangelising public anthropology: science, theory and commitment. **Journal of Contemporary African Studies**, v. 33, n.1, p.48-63, 2015.

PAIXÃO, M. **A dialética do bom aluno: relações raciais e o sistema educacional brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SILVÉRIO, V. R. Multiculturalismo e metamorfose na racialização: notas preliminares sobre a experiência contemporânea brasileira. *In: BONELLI, M. da G.; LANDA, M. D. V. de (org.). Sociologia e Mudança Social no Brasil e na Argentina*. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2013.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Introdução. *In: STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 17–27.